

*Feminismo para mudar o mundo*

*Tem conversas que só rosto no rosto podem acontecer  
Por aqui, o celular, a internet, facilita,  
Mas não resolve  
Porque aqui não tem o botão do abraço que eu queria te dar.*

*Tem coisas que nós, mulheres, precisamos estar juntas  
Corpos que rodeiam as fogueiras  
Que entoam cantos de luta*

*Se o sofrer está em cada uma de nós  
A resposta será coletiva  
Construída nos nossos encontros  
Da nossa energia  
Dor, amor e caldeirão*

*Jane Rosa*

**DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES: O MOVIMENTO FEMINISTA E A  
PRODUÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA NO #8M<sup>1</sup>**

**DIA INTERNACIONAL DE LAS MUJERES: EL MOVIMIENTO FEMINISTA Y LA  
PRODUCCIÓN DE LA ESCALA GEOGRÁFICA EN EL #8M**

Jane Rosa da SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** Será que atualmente existe uma política de escalas nas articulações que constituem o movimento feminista ao redor do mundo? E, mais, será que as ações realizadas no 8 de março podem alçar saltos escalares? A proposta deste artigo busca compreender a política de escalas das ações realizadas em 2017 pelos movimentos feministas no Dia Internacional das Mulheres, que ficou conhecido nas redes sociais como #8M. Em diálogo com as contribuições de Neil Smith e Heleieth Saffioti procuramos estabelecer conexões entre o debate escalar, as origens do #8M e as pautas de luta que são orientadas por diferentes estratégias políticas. Além disso, consultamos pesquisas, documentos e portais de notícias a fim de reunir informações sobre a mobilização do #8M de 2017. Com isso, verificamos que no Brasil o feminismo progressista e de caráter popular, em articulação na Greve Internacional de Mulheres, realizou a luta econômica em defesa da aposentadoria associando-a com as condições de trabalho das brasileiras após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Roussef em 2016. Em vista disso, de forma coordenada e simbólica, as agências da previdência social por todo o país foram alvos da denúncia das políticas neoliberais e conservadoras que atingiam, sobretudo, as mulheres trabalhadoras.

**Palavras-chaves:** Dia Internacional das Mulheres, Greve Internacional de Mulheres, escala geográfica, movimento feminista, Geografia Feminista.

<sup>1</sup> Artigo em decorrência da Pesquisa de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – financiada pelo CNPq. Defendida em agosto de 2020.

<sup>2</sup> Mestra e licenciada em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp). Compõe o Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGeT). Pesquisas buscam compreender as relações de gênero, étnico-raciais e de classes na produção do espaço. Educadora popular, atua junto aos movimentos sociais de juventude, atingidos por barragens e feminista. Militante da Consultar Popular. ORCID ID: 0000-0002-7357-9290. Email para contato: [janerosas1994@gmail.com](mailto:janerosas1994@gmail.com)

**Resumen:** ¿Existe actualmente una política de escalas en las articulaciones que constituyen el movimiento feminista en todo el mundo? Y, además, ¿pueden las acciones llevadas a cabo el 8 de marzo dar saltos escalares? La propuesta de este artículo busca comprender la política de escalas de las acciones realizadas en 2017 por movimientos feministas en el Día Internacional de la Mujer, que se conocieron en las redes sociales como #8M. En diálogo con las aportaciones de Neil Smith y Heleieth Saffioti tratamos de establecer conexiones entre el debate escalar, los orígenes del #8M y las agendas de lucha guiadas por diferentes estrategias políticas. Además, consultamos investigaciones, documentos y portales de noticias para recabar informaciones sobre la movilización del #8M de 2017. Así, encontramos que, en Brasil, el feminismo progresista y popular, en articulación con el Paro Internacional de Mujeres, llevó a cabo la lucha económica en defensa de la jubilación, asociándola a las condiciones de trabajo de las mujeres brasileñas tras el golpe que derrocó a la presidenta Dilma Roussef en 2016. En vista de ello, de forma coordinada y simbólica, los organismos de seguridad social de todo el país fueron objeto de denuncias de las políticas neoliberales y conservadoras que afectaran, sobre todo, a las mujeres trabajadoras.

**Palabras-claves:** Día Internacional de las Mujeres, Paro Internacional de las Mujeres, escala geográfica, movimiento feminista, Geografía Feminista.

**Abstract:** Is there currently a politics of scales in the articulations that constitute the feminist movement around the world? And, furthermore, can the actions carried out on March 8 take scalar leaps? The proposal of this article seeks to understand the politics of scales of the actions carried out in 2017 by feminist movements on International Women's Day, which became known on social media as #8M. In dialogue with the contributions of Neil Smith and Heleieth Saffioti we seek to establish connections between the scalar debate, the origins of #8M and the agendas of struggle that are guided by different political strategies. In addition, we consulted surveys, documents, and news portals in order to gather information about the 2017 #8M mobilization. Thus, we found that in Brazil, progressive and popular feminism, in articulation with the International Women's Strike, carried out the economic struggle in defense of retirement, associating it with the working conditions of Brazilian women after the coup that ousted President Dilma Roussef in 2016. In view of this, in a coordinated and symbolic way, social security agencies throughout the country were targeted to denounce the neoliberal and conservative policies that affect, above all, working women.

**Key-words:** International Women's Day; International Women's strike; geographical scale; feminist movement, Feminist Geography.

## Introdução

Neste artigo, pretendemos encontrar algumas respostas para estas inquietações, sendo seu objetivo discutir as ações realizadas no Dia Internacional das Mulheres, conhecido na linguagem das redes sociais como #8M, especialmente do ano de 2017, sob a perspectiva da escala geográfica e sua relação com gênero, raça e trabalho. A análise apresentada aqui é fruto do trabalho final de uma disciplina<sup>3</sup>, das reflexões desenvolvidas na pesquisa de mestrado<sup>4</sup>, bem

---

<sup>3</sup> Algumas das inquietações que levaram a escrita deste texto partiram das discussões realizadas na disciplina "A escala geográfica na análise espacial" oferecida no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/Unesp no ano de 2017.

<sup>4</sup> Nossa pesquisa de mestrado estudou como as condições de trabalho das docentes do ensino superior privado, a partir da divisão sexual do trabalho, influenciam em sua participação política, sindical e feminista.

como, as elaborações coletivas e individual, construída a partir da minha militância política em organizações feministas populares.

Para tanto, iremos resgatar as formas de contestação, especialmente, greves, ocupações e manifestações organizadas pelo movimento feminista no Brasil e no mundo, tendo em vista o “saltar” e o rearranjo das escalas de cada ação e seu contexto. No que se refere à metodologia, além da revisão bibliográfica pertinente ao tema, realizamos pesquisa documental, a partir de consultas a portais de notícias e publicações nas redes sociais de movimentos sociais sobre o #8M, na busca de entendermos como se deu a articulação para esta data – do ponto de vista histórico e espacial, da elaboração das pautas e na execução das mobilizações. Neste sentido, nosso esforço foi de traçar um panorama geral e filtrar aquilo que entendemos como mais relevante para nossa discussão.

Com isso, o artigo está estruturado da seguinte maneira. No item 1, apresentamos o debate teórico-político em torno da categoria da escala geográfica e sua articulação com a questão de gênero e a divisão sexual do trabalho contemporânea, numa sociedade estruturada a partir do desenvolvimento capitalista, patriarcal e racista. Nesta direção, o segundo item discute as origens do Dia Internacional das Mulheres e costura com a política de escalas construída pelo movimento feminista na Greve Internacional de Mulheres em 2017. No terceiro, e último item, evidenciamos a conjuntura brasileira pela qual atravessa o Brasil em 2017 e a luta travada pelo movimento feminista popular em defesa da aposentadoria das trabalhadoras, assim como, as ações realizadas possibilitaram os saltos escalares.

### **Gênero, trabalho e classe na produção social da escala geográfica**

Observa-se um esforço de parte da ciência geográfica para compreender o modo de produção capitalista e empregar uma linguagem espacial a fim de emergir preocupações políticas que se contrapõem às dominantes. Essa elaboração crítica do espaço é um projeto altamente político. O geógrafo escocês Neil Robert Smith (2000), em seu texto “Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem-teto e produção de escala geográfica”, contextualiza que foi a partir da discussão crítica do espaço que se passou à compreensão da escala como produto social e político. É neste contexto que o autor questiona: onde está presente o debate político da escala geográfica? À vista disso, critica a perspectiva naturalizada de divisão do mundo em localidades, regiões, nações, e assim por diante, bem como, a trivialização

da escala geográfica como mera questão de preferência metodológica do pesquisador(a). Neste sentido, ele propõe uma nova compreensão de escala, isto é, concebê-la como socialmente construída (SMITH, 2000). Em suas palavras:

A construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. [...] a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa (SMITH, 2000, p. 139).

Para Smith (1988), a escala possui um papel fundamental no processo de articulação espacial e, por conseguinte, na acumulação do capital. Desta forma, o arranjo espacial das escalas está sujeito a mudanças, já que estão determinadas pelo próprio desenvolvimento desigual do capitalismo e – acrescentamos – pelas lutas de classes.

Se compreendemos que a escala é socialmente produzida e que o centro da nossa discussão é tratar da luta feminista, é preciso dizer que o modo de produção capitalista está impregnado da lógica patriarcal. Concordamos com a análise apreendida pela socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1987), na qual patriarcado, racismo e capitalismo conformam um único sistema de dominação e exploração. Com isso, é importante demarcar que o patriarcado é uma das estruturas de exploração e dominação mais antigas na qual se tem conhecimento, seguida do racismo, onde a conquista e colonização dos povos e territórios foi marcada pela escravização dos derrotados. Deste modo, não foi o capital quem “inventou” o patriarcado e o racismo, o que de fato houve foi que, o desenvolvimento do modo de produção capitalista só foi possível à medida em que ele incorpora essas estruturas sociais anteriores. Portanto, o que temos é um entrelaçamento, uma fusão entre esses três sistemas de dominação e exploração – que são separáveis apenas do ponto de vista analítico.

A contribuição de Saffioti (2013) é fundamental já que localiza a produção das relações patriarcais de gênero em determinado modo de produção, decifrando, portanto, “A mulher na sociedade de classes”. Dessa maneira, a autora propõe a vinculação da categoria gênero com outras duas determinantes para o entendimento da realidade: raça/etnia e classes sociais. Segundo Saffioti (2015; 1987), essas categorias (gênero, raça e classe) possuem histórias distintas, todavia, sob o modo de produção capitalista, elas estão imbricadas feito um nó, em suas palavras:

[...] uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O Nó (Saffioti, 1985, 1996) formado por essas três contradições apresenta uma

qualidade distinta das determinações que o integram. (SAFFIOTI, 2015, p. 122).

Com efeito, aqui daremos maior atenção para a categoria gênero permeada pela questão de classe. Dessa maneira, patriarcado não é autoexplicativo, tampouco a exploração e opressão de gênero aparecem apenas na esfera econômica, é válido salientar que estes aspectos se mantêm a partir de valores culturais, sociais, políticos e ideológicos que sustentam uma lógica conservadora do lugar das mulheres na sociedade patriarcal e de classes. Por isso, é necessário um conjunto de categorias que nos ajudam compreender os elementos estruturantes do patriarcado e fundamentar suas determinações a partir do nó analítico com o racismo no modo de produção capitalista.

A forma como é dividido o trabalho realizado por homens e mulheres é uma chave importante para problematizarmos as raízes da desigualdade de gênero. A divisão sexual do trabalho é um dos modos como organizamos o trabalho social, que está permeado pelas relações de gênero. Com isso, numa sociedade patriarcal cria-se uma hierarquia nessa divisão, sendo que o trabalho masculino adquire maior valor social do que o trabalho feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007). No bojo do desenvolvimento capitalista, a divisão sexual do trabalho opera a partir de uma lógica de separação dos espaços de produção e reprodução social em que ganha status de “trabalho” apenas as atividades remuneradas realizadas nos lugares de produção (FEDERICI, 2017). Por outro lado, invisibiliza grande parte do trabalho reprodutivo, como no caso do cuidado com as crianças e outras pessoas vulneráveis, bem como, a limpeza e organização dos espaços domésticos. Destaca-se que o trabalho doméstico e de cuidados é de responsabilidade quase exclusiva de meninas e mulheres, além disso, a maior parte destas atividades tornam-se trabalho não-pago, conforme as pesquisas indicam<sup>5</sup>.

Por isso, acreditamos que os aspectos contidos na divisão sexual do trabalho nos ajudam a explicitar parte da dominação-exploração capitalista-patriarcal e seu desenvolvimento histórico e geográfico. Para tanto, é fundamental apreendermos a dinâmica do trabalho tanto nos espaços produtivos, quanto nos espaços domésticos/reprodutivos, ainda que apareçam

---

<sup>5</sup> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no Brasil em 2019, as mulheres que estavam no mercado de trabalho dedicavam, em média, 18,5 horas diárias em afazeres domésticos e de cuidado, ao passo que os homens destinavam metade do tempo que elas nestas atividades, isto é 10,4 horas diárias. Já a OXAM (2020) evidenciou que mundialmente as mulheres acima de 15 anos gastam cerca de 12,5 bilhões de horas por dia gratuitamente em tarefas deste tipo, se isso for convertido em valor monetário equivale a US\$10,8 trilhões por ano – isso corresponde a três vezes mais do que é estimado para todo o setor de tecnologia no mundo, por exemplo.

fragmentados no arranjo espacial, estão cotidiana e estruturalmente interligados (SILVA, 2020).

O processo de globalização implicou mudanças na divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, na vida das mulheres trabalhadoras ao redor do mundo (HIRATA, 2001). De um lado, como analisa Brenner (2013), os processos que ficaram conhecidos como mundialização do capital, globalização e reestruturação produtiva significaram que, desde então, o capital está articulado em redes e, portanto, possui maior fluidez no espaço e articulação em diferentes níveis escalares – do local ao internacional. Essa reorganização, do ponto de vista das escalas geográficas, nos permitiu compreender que a hierarquia escalar não está mais organizada de forma piramidal – como se fossem bonecas-russas – mas sim enquanto um mosaico, isto é, as hierarquias escalares estão sobrepostas – emaranhadas, entrelaçadas e desigualmente articuladas (BRENNER, 2013).

Por outro lado, a socióloga Helena Hirata (2001) explicita como a globalização efetivada a partir dos anos de 1990 provocaram modificações na divisão sexual do trabalho em todos os níveis escalares. Para a autora, os efeitos desse processo complexo e contraditório atingiu desigualmente o emprego masculino e feminino no mundo. Enquanto o emprego dos homens regrediu ou estagnou, o trabalho remunerado das mulheres a nível mundial aumentou<sup>6</sup>. Trata-se de um paradoxo da globalização, visto que o aumento do emprego remunerado feminino veio acompanhado pela precarização e vulnerabilidade crescentes.

Contudo, existem diferenciações, por exemplo, nos países do Norte este modelo se encarnou na figura do trabalho parcial – na França esse tipo de emprego é ocupado por 80% das mulheres e no Japão por 95% – o que significa salário parcial e agravamento das disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico. Nos países do Sul, ele assume o modelo do trabalho informal, sem nenhuma proteção econômica e é também ocupado majoritariamente pelas mulheres – como é o caso das empregadas domésticas (HIRATA, 2001).

Conforme os Estudos Feministas do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2019), as mulheres estão no centro do debate da crise do capitalismo contemporâneo, tendo em vista que são as primeiras a sentir seus efeitos. O avanço do neoliberalismo conservador em vários países, especialmente na América Latina, Ásia e África, evidencia como as mulheres se tornaram os primeiros e principais alvos da precarização, opressão e exploração do trabalho em tempos de crise. É sob essa ótica que questionamos: como os movimentos feministas subvertem

---

<sup>6</sup> Com exceção da África sub-sahariana.

a hierarquia escalar? Acreditamos que a articulação para o Dia Internacional das Mulheres seja um bom exemplo de uma política de contestação que “saltou” e rearranjou escalas, ou seja, que subverteu a hierarquia escalar.

Smith (2000) pontua que “a escala geográfica define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado (p. 144)”. É neste sentido que para ele a escala pode ser uma “arma” que é capaz tanto de restringir e excluir, quanto expandir e incluir as identidades. Assim, o autor defende a necessidade de que as ações de contestação da ordem vigente “saltem” escalas, isto é, o potencial de conexão social das escalas.

Nesta direção, evidenciamos que estes processos se dão no âmbito do capitalismo-patriarcal, mas que também podem acontecer capitaneados por movimentos de contestação à ordem social, a exemplo dos movimentos sociais, especialmente, o movimento feminista. Concordamos com Saffioti, quando afirma que:

[...] o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. [...] sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há lutas, há conflitos [...]. (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

Enfim, a posição das mulheres na hierarquia escalar não se constitui apenas sob a ótica capitalista e patriarcal, como também na construção de movimentos de resistência. Com isso, compreender as formas de organização e luta do movimento feminista na construção do Dia Internacional das Mulheres nos parece fértil, tendo em vista sua capacidade de subversão da hierarquia escalar.

### **Dia Internacional das Mulheres: origens da data e pressupostos para a construção do #8M de 2017**

Não é raro ouvir que a origem do Dia Internacional das Mulheres estaria num incêndio que causara a morte de centenas de trabalhadoras em uma confecção têxtil nos Estados Unidos. Também é comum tomar como ponto de partida o reconhecimento da data pela Organização das Nações Unidas (ONU) que ocorreu em 1975. Acontece que nenhuma destas narrativas revelam as verdadeiras origens da data. O incêndio de fato existiu, mas não se vincula a proposição de um dia de luta das mulheres, inclusive, existem várias divergências em relação ao ano e se misturam fatos reais com mitos. De outra forma, partir da instituição da data pela

ONU é deixar para trás, pelo menos, 65 anos de história do movimento feminista para a construção do dia das mulheres<sup>7</sup>.

Ana Isabel Alvarez González, em seu livro “As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres” publicado em 2010, retoma o sentido desta data e recupera parte da história de luta das mulheres. Ela conta que foi Clara Zetkin<sup>8</sup> quem propôs organizar um Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas realizada em Copenhague no ano de 1910, inspirada nas manifestações feitas pelas feministas nos EUA entre 1908 e 1909. Pode-se dizer que, na 2ª Internacional Socialista (1889-1916), já havia como diretriz a comemoração de um “Dia da Mulher”, mas foi Zetkin quem indicou o caráter internacionalista da data. A resolução propunha que todos os partidos socialistas promovessem em seus países um dia de manifestações em favor do voto das mulheres.

Neste contexto histórico, o direito ao voto foi uma bandeira de luta central que mobilizou mulheres em diversos países, especialmente na Alemanha, França, Inglaterra, Rússia e EUA, naquilo que ficou conhecido como primeira onda do movimento feminista, nas últimas décadas do século 19 e início do século 20. Para o feminismo socialista o voto não era um fim em si mesmo – como postulavam as feministas burguesas e liberais – mas sim, um meio de construir força social, ciente que a libertação das mulheres passava pela transformação radical da sociedade.

Assim, o Dia da Mulher ia se consolidando como uma data de agitação e propaganda das pautas das mulheres em diálogo com as trabalhadoras. Não à toa o esforço das militantes socialistas em vincular a construção da data com a luta sufragista pautando a participação política das mulheres em diferentes lugares. A defesa da necessidade de um dia de luta internacional especialmente protagonizado por elas tinha relação direta com o estímulo à organização das trabalhadoras em busca de sua libertação e na edificação de uma sociedade socialista.

A definição do 8 de março como Dia Internacional da Mulher também tem relação com o processo revolucionário russo. Como narra a dirigente russa Alexandra Kollontai<sup>9</sup>, o “Dia das

---

<sup>7</sup> Se tomarmos como referência a data de sua definição, na Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague no ano de 1910.

<sup>8</sup> Dirigente do movimento socialista alemão e uma das principais lideranças do movimento internacional de mulheres trabalhadoras.

<sup>9</sup> Texto “Dia Internacional das Mulheres” publicado em Moscou no ano de 1920.

Mulheres Trabalhadoras”, organizado pelo Partido Bolchevique e realizado em 23 de fevereiro de 1917, tomou as ruas de Petrogrado numa manifestação pública protagonizada por operárias e camponesas. O motim impulsionou grandes manifestações nos dias seguintes, que culminaram na derrubada do Tsar e deu marcha ao processo revolucionário de tomada do poder em outubro do mesmo ano, sintetizado no mote: “todo poder aos soviets” (GONZÁLEZ, 2010).

Dois anos depois, em 1919, foi fundada a 3ª Internacional Comunista onde se realizou a 1ª Conferência Internacional de Mulheres Comunistas em Moscou. Ali foi apresentada uma resolução para que a celebração do Dia Internacional das Mulheres fosse realizada oficialmente no dia 8 de março, ou 23 de fevereiro no calendário russo, em memória à manifestação realizada pelas trabalhadoras russas, como uma data simbólica que inspiraria a solidariedade internacional das mulheres na luta por sua emancipação. Assim, os espaços constituídos nas Internacionais Socialistas e a inspiração da Revolução Russa foram fundamentais para o avanço do feminismo com orientação estratégica socialista. As origens do Dia Internacional das Mulheres partem, portanto, da combinação das experiências da luta pela liberdade das mulheres, determinada pelas lutas de classes, com um projeto de transformação global e estrutural da sociedade, de perspectiva socialista.

Ao recuperarmos o legado da articulação política para a construção da data, percebemos que a unidade em torno da realização variou significativamente ao longo da história e em cada formação socioespacial. Para nós, recuperar a história do #8M é primordial na disputa ideológica, isto é, na batalha das ideias. Atualmente a data é bastante difundida ao redor do mundo e observamos que existem diferentes vertentes quanto sua condução. Vale pontuar que as distintas estratégias políticas no movimento feminista possuem recorte de classe e étnico/racial, como o caso do feminismo de orientação liberal *versus* popular. Disto se desdobram divergências fundamentais no entendimento da origem da dominação-exploração de gênero e como estes se articulam com raça e classe, bem como, dos projetos para superação das desigualdades sociais. No campo do feminismo liberal, se reduz a luta das mulheres aos marcos do capitalismo-patriarcal e, por vezes, associa-se o #8M a grandes campanhas publicitárias que difundem o empreendedorismo individual como saída para um problema que é estrutural e coletivo. Já as ações no campo do feminismo popular, especialmente no Brasil, serão abordadas mais profundamente no item seguinte.

Nosso objetivo aqui, além contextualizar as origens do Dia Internacional das Mulheres, é fazer uma análise especialmente da realização do #8M no ano de 2017, identificando os

pressupostos que permearam a luta e organização feminista contemporânea. Neste sentido, o #8M nos permite verificar um exemplo de produção e reprodução concretos da escala geográfica como estratégia política de resistência. A articulação do movimento feminista entrecruzando as escalas internacional, nacional, regional e local possibilita que nós, mulheres, saltemos escalas e, como Smith explicita “[...] saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são, em larga medida, impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana” (SMITH, 2000, p.137).

No 8 de março de 2017, houve uma importante retomada da articulação internacional do movimento feminista entorno da Greve Internacional de Mulheres (GIM) que reuniu grupos de diversos países ao redor do mundo. A articulação para a GIM tem suas origens na primeira greve nacional de mulheres, realizada pelas feministas argentinas em 2016, como resposta ao brutal assassinato da jovem de 16 anos, Lucía Perez, em Mar del Plata, bem como, uma série de outros feminicídios<sup>10</sup> registrados no país e a repressão policial ao movimento de mulheres em Rosário<sup>11</sup>. É desta greve que emerge os gritos “*Ni una a menos*” e “*Vivas nos queremos*” que ecoaram por toda América Latina expressando a força do feminismo popular latino-americano. Daí a articulação costurou uma política de escalas de alcance mundial.

No mesmo ano, as polonesas também haviam realizado protestos de uma forma similar às greves na Argentina. Vestidas de preto, elas pararam suas atividades por um dia inteiro como forma de denunciar um projeto que enrijeceria a interrupção da gravidez no país. É daí que emerge a articulação inicial de grupos feministas na Polônia, Coreia do Sul, Rússia e Argentina que gestaram a proposta da Greve Internacional de Mulheres para o ano de 2017.

Mas por que fazer uma greve internacional de mulheres? A argentina Cecilia Palmeiro, coordenadora do movimento Ni Una a Menos, explica que a greve tinha que ser uma atividade criativa de luta, porque nem todo mundo pode deixar de trabalhar o dia inteiro, justamente porque existe uma diferença no significado de uma greve para mulheres e homens, com base nas características do trabalho de cada sujeito. As mulheres trabalham não apenas no mercado de trabalho, como também em casa. É a combinação da invisibilização do trabalho não-pago doméstico, aliado a desvalorização do emprego, que sustentam as engrenagens do modo de produção capitalista-patriarcal. Assim, o movimento feminista buscava dar visibilidade a

---

<sup>10</sup> Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres.

<sup>11</sup> Para saber mais, acesse “Triplo feminicídio fecha a semana do ‘Ni una a menos’ na Argentina”. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/internacional/1477272876\\_486294.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/internacional/1477272876_486294.html)> Acesso em setembro de 2023.

violência contra as mulheres reconhecendo sua relação direta com a violência econômica, quer dizer, entrelaçando a luta de classes com a de gênero.

Como o objetivo era dar protagonismo político às mulheres na greve, a indicação foi para que elas parassem por, pelo menos, uma hora do seu trabalho, seja produtivo ou reprodutivo, e ocupassem as ruas para que, todas juntas, dessem visibilidade ao lugar das mulheres na produção e lutar pela valorização do trabalho feminino na sociedade. Nesta direção, o mote das mobilizações deste ano foi “*Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós*”. A organização da GIM estimava a participação de 30 países, porém a mobilização foi maior do que se esperava, sendo que mais de 50 países responderam ao chamado com manifestações de variados tipos, conforme a Figura 1.

Neste íterim, salienta-se que as ações ocorrem não somente nas ruas, como também nas redes sociais, que cumpriram um papel importante, sobretudo o *Twitter*, para viralizar a *tag* #8M convocando as mulheres para as manifestações no Dia Internacional das Mulheres, bem como, divulgando as principais pautas e socializando formas de luta do movimento feminista. De acordo com Bortolon e Perdigão (2017, p. [s.n]), “em 24 horas foram contabilizados 121.807 *tweets* de 66.607 usuários, numa amostra dos *tweets* que possuem geolocalização, a América Latina sobressaiu-se nos índices de participação, sendo a Argentina a maior expoente com cerca de 35% dos *tweets*”. As redes sociais foram uma ferramenta fundamental na disseminação de conteúdos feministas, o que contribuiu, em certa medida, para a mobilização das mulheres nas ruas.

**Figura 1-** Panorama de mobilizações no #8M de 2017 ao redor do mundo.



**Fonte:** Helena Borges para The Intercept\_Brasil (2017).

Neste bojo, em 21 de janeiro de 2017, as norte-americanas se organizaram para marchar em oposição ao governo do ex-presidente Donald Trump e sua agenda ultraconservadora, misógina, homofóbica e racista<sup>12</sup>. Em fevereiro daquele ano, um grupo de destacadas intelectuais feministas nos EUA lançou o livro-manifesto intitulado “Para além do ‘faça acontecer’: por um feminismo dos 99% e uma greve internacional militante em 8 de março”<sup>13</sup>, tendo como uma das inspirações a coalizão argentina *Ni Una a Menos*. O texto analisa que a marcha de mulheres realizada em oposição ao governo de Trump precisava denunciar também seu caráter neoliberal e os ataques em curso sobre os direitos sociais e trabalhistas. As autoras ainda criticam o feminismo do “faça acontecer”, que tem como principal característica a ênfase no empreendedorismo feminino e afirmam que:

[...] As condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres de cor e as trabalhadoras, desempregadas e migrantes, têm-se deteriorado de forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial. O feminismo do “faça acontecer” e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e garanta direitos trabalhistas. Como vemos, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de forma frontal. Deve ser um feminismo para 99% das pessoas. (DAVIS et. al.,[s.n], 2017).

É preciso frisar que as mulheres estão no centro do debate sobre a crise atual do sistema capitalista-racista-patriarcal em todo o mundo. A resposta da classe dominante a essa crise tem sido por meio de reformas neoliberais de caráter patriarcal, cujas mulheres se tornam os primeiros e principais alvos da precarização, exploração e opressão do trabalho. O avanço das políticas neoliberais se apoia no desmonte de direitos e sistemas de seguridade social, como é o caso do sistema previdenciário, de educação e dos cuidados com crianças e idosos – o que impacta diretamente na vida das mulheres. Junto disso, é preciso situar que a opressão e exploração não ocorrem apenas na dimensão econômica, como se mantêm nos valores sociais, culturais e morais que sustentam uma lógica conservadora do lugar da mulher e seus papéis na sociedade capitalista, patriarcal e racista. Os cortes na economia do cuidado, as reações conservadoras em campanhas como a da “ideologia de gênero”, dentre outras, incentivaram a

---

<sup>12</sup> Protesto de mulheres contra Trump reúne dezenas de milhares nos EUA. < [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/21/internacional/1485009994\\_849896.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/21/internacional/1485009994_849896.html)> Acesso em Janeiro de 2018.

<sup>13</sup> Para ler o manifesto na íntegra, acessar: < <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>>.

radicalização das mulheres nas suas formas de organização e luta em diversas partes do mundo (TRICONTINENTAL, 2019).

Assim, tem se verificado uma crescente revolta social e política, sobretudo na Ásia, África e América Latina, onde trabalhadoras(es) buscam resistir e construir alternativas ao projeto neoliberal e conservador. De acordo com o estudo “Mulheres de luta, mulheres em luta”, o “[...] cenário de brutalização da opressão das mulheres atrai muitas delas para as primeiras fileiras dessa crescente revolta social no globo (TRICONTINENTAL, p. 8, 2019)”. Ainda, o estudo destaca o cenário político heterogêneo e fragmentado do campo progressista, incentivado pelo avanço do neoliberalismo no Sul global, o que torna a construção de uma resistência unificada ainda mais desafiadora.

No caso da Greve Internacional de Mulheres, realizada em 2017, as organizadoras indicavam algumas formas de luta durante o #8M. A proposta era paralisar as atividades laborais e domésticas neste dia, se abstendo da execução dos trabalhos reprodutivos e produtivos. Também sugeriam a realização de marchas, bloqueios de estradas, pontes e praças e o boicote a empresas e políticos misóginos, machistas e sexistas. Deste modo, o #8M neste ano teve o potencial para aglutinar, sobretudo, vertentes do feminismo anticapitalista, anti-imperialista, antirracista, antineoliberal e antipatriarcal.

Para tanto, a compreensão da política de escalas se faz importante, tendo em vista que é uma articulação que opera em diferentes níveis escalares. Ela tem por finalidade potencializar efeitos, seja para neutralizar ou diminuir, o impacto de ações diversas ou tirar vantagens de situações favoráveis, com efeito, pode-se ampliar as esferas de influência – por exemplo, sensibilizando atores que sejam possíveis aliados – e/ou propiciar sinergias políticas – como recrutar apoios, costurar alianças etc. (SOUZA, 2013).

Enfim, percebemos que a movimentação feminista desde as origens do Dia Internacional das Mulheres, bem como, para a Greve Internacional de Mulheres no #8M de 2017, são exemplos da concretude da política de escalas. Se esta se efetua em diferentes níveis escalares, lembremo-nos que, como discutido, as ações que deram o “ponta pé” para o #8M de 2017 a princípio eram localizadas. Contudo, houve uma articulação para uma ação conjunta, com uma pauta mínima – tendo em vista a diversidade que se constitui o movimento feminista – para promover lutas numa data tão simbólica. Foi à constituição dessa política de escala que levou a uma aliança e gerou impacto mundial.

## **“Aposentadoria fica, Temer sai”: a política e o salto de escalas nas ações do movimento feminista brasileiro no #8M de 2017**

Em 2016, o golpe jurídico, midiático e parlamentar, disfarçado em impeachment de Dilma Rousseff, significou uma ofensiva do projeto neoliberal que pôs fim ao arranjo neodesenvolvimentista<sup>14</sup> pactuado durante os treze anos dos governos petistas (2002-2015) (BOITO, JR., 2018). O programa golpista tinha um evidente caráter conservador e patriarcal, que pode ser evidenciado na violência política de gênero sofrida pela primeira mulher a ser eleita presidenta do Brasil. Um exemplo disso foram os ataques de cunho misógino, machista e sexista direcionados a Dilma, sobretudo, durante seu segundo mandato<sup>15</sup>. Por vezes, as ofensas levavam em consideração o gênero e a sexualidade da ex-presidenta e tinham por objetivo desqualificar sua competência profissional, reforçando uma visão patriarcal de que o lugar das mulheres não é nos espaços políticos, tampouco como chefe da nação.

Com a destituição de Dilma Rousseff, o então vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo e deu marcha ao projeto neoliberal materializado no programa “Ponte para o Futuro<sup>16</sup>” que, na prática, foi a ponte para o passado no que se refere aos direitos das e dos trabalhadores. Neste programa estava previsto executar uma reforma no sistema previdenciário brasileiro, com intuito de abrir caminho para que grandes instituições financeiras lucrassem com os planos de previdência privada complementares. O que se propunha na verdade era uma contrarreforma da previdência, tendo em vista que descaracterizava os direitos estabelecidos pelo povo na Constituição Federal de 1988, como é o caso da seguridade social na velhice. Assim,

---

<sup>14</sup> O neodesenvolvimentismo articulou uma frente ampla, heterogênea e contraditória em que se conciliavam os interesses das frações burguesas com os da classe trabalhadora, sob hegemonia da burguesia interna. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) emergiram a partir de dois aspectos: 1) a crítica aos governos neoliberais da década de 1990; 2) da redução programática e estratégica do PT. Ou seja, tratava-se de aplicar um programa em que o Estado criava políticas de incentivo ao grande capital interno, como agronegócio, grandes empresas nacionais, etc. e ao mesmo tempo e em menor quantidade, políticas de transferência de renda e aumento do gasto público com o intuito de reduzir a pobreza, o que o distingue do neoliberalismo ortodoxo, ao mesmo tempo em que abandona a perspectiva estratégica de tomada do poder do Estado e rompimento com o capitalismo. Para saber mais, consultar Boito Junior (2018) e Alves (2014).

<sup>15</sup> Conforme evidenciam a tese de Perla Haydee da Silva “De Louca a Incompetente: Construções Discursivas em Relação à Ex-Presidenta Dilma Rousseff” (2019) e o livro “É presidenta, não presidente: a misoginia como elemento edificante do processo de impeachment contra Dilma Rousseff” de Larissa Rosa publicado em 2018.

<sup>16</sup> O programa “Ponte para o Futuro”, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, braço teórico o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi lançado em outubro de 2015 e, em linhas gerais, previa menos segurança e a retirada de direitos aos trabalhadores(as), por meio do avanço de políticas de cunho neoliberal.

Na essência da temerosa proposta, há de se denunciar os retrocessos advindos de: aumento de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição de servidores/as públicos/as; estabelecimento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral em 40 anos; aumento da idade de acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada – mesmo pertencendo à política de Assistência Social), com propostas que variam de 70 a 73 anos etc. (GONÇALVES et. al., 2021, p. 11).

A Contrarreforma da Previdência apresentada pelo projeto golpista e neoliberal não só era prejudicial a toda classe trabalhadora, como atingia especialmente as mulheres (GONÇALVES et. al., 2021). O objetivo era eliminar a diferença de 5 anos que existia na idade mínima da aposentadoria entre mulheres e homens, sob justificativa que elas viviam cerca de 7 anos a mais que eles. Deste modo, a proposta queria igualar a idade mínima da previdência em 65 anos para ambos os gêneros. Além disso, pretendia torná-la regra única tanto para trabalhadores(as) do campo quanto da cidade. Tal projeto desconsiderava totalmente a realidade brasileira, negando a existência das desigualdades de classe, gênero e racial que compõem o arranjo espacial e social do país.

Conforme revelam as “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” (2018) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a sobrecarga de trabalho feminino é uma tendência histórica e estrutural no país. Verifica-se que as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Este acúmulo se deve a lógica da divisão sexual do trabalho que opera na dupla jornada de trabalho, quer dizer, na concentração do emprego remunerado com os afazeres domésticos, de cuidados com pessoas, entre outros.

De um lado, se evidencia que entre 1995 a 2015 mais de 90% das mulheres declararam realizar cotidianamente atividades domésticas, enquanto esta era uma função citada apenas por 50% dos homens. Neste ínterim, é preciso considerar que são as mulheres negras quem majoritariamente realizam o trabalho doméstico, seja de forma remunerada ou não. De outro lado, as brasileiras ainda recebem 30% a menos que os homens no mercado de trabalho executando atividades similares e possuem as taxas mais elevadas de desemprego. Ainda, no aspecto da renda, ao longo destes 20 anos, os homens brancos tinham os melhores rendimentos, seguido por mulheres brancas, homens negros e mulheres negras (IPEA, 2017).

Esta realidade desigual deve ser considerada quando se trata do futuro das mulheres e das condições para sua aposentadoria, sobretudo de mulheres negras e empobrecidas. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017), as trabalhadoras possuem dificuldades para alcançar o tempo mínimo de contribuição devido as

condições de trabalho enfrentadas por elas, com isso, é comum que as mulheres se aposentem por idade. Assim, a proposta de Contrarreforma da Previdência ignorou por completo as contradições da realidade do trabalho no Brasil, quando sugeriu que homens e mulheres, do campo e da cidade, tenham o mesmo tempo de contribuição na previdência.

Neste contexto, o feminismo de caráter popular e progressista procurou vincular as lutas do #8M de 2017 com a conjuntura política e econômica pela qual o país passava, denunciando os ataques neoliberais e conservadores aos direitos adquiridos pelo povo brasileiro, especialmente, das mulheres. Em diálogo com o chamado mundial para a Greve Internacional de Mulheres, houve no Brasil uma série de manifestações. As ações tiveram um caráter de enfrentamento à proposta da reforma da previdência do governo Temer, em que o lema *“Aposentadoria fica, Temer sai! Paramos pela vida das mulheres!”* circulou de norte a sul do país, das capitais aos interiores (Figura 2).

**Figura 2** - Mulheres seguram a faixa “Aposentadoria fica, Temer sai! Diretas Já” na capital São Paulo.



Fonte: Coletivo NÓSotras (2017).

O movimento feminista respondeu as ofensivas do governo Temer se utilizando de diferentes formas de luta, com destaque para as passeatas nos centros urbanos, a interdição de rodovias e as ocupações de territórios estratégicos. Consultando portais de notícias e sites dos

movimentos sociais que organizaram a jornada de lutas do #8M, conseguimos contabilizar mais de 100 municípios espalhados por todo o país que realizaram algum tipo de mobilização na data. Para isso, foi necessária uma política de escalas que procurava articular trabalhadoras do campo e da cidade e de diversas organizações (sindicais, partidos, movimentos sociais, coletivos culturais, entre outros) por meio das Frente Brasil Popular (FBP) e a Frente Povo Sem Medo (FPSM)<sup>17</sup>.

Houve marchas em diversos municípios, com a participação de 200 até 60 mil mulheres e muitas delas marcaram presença em frente às agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Previdência Social. Não à toa, as agências do INSS se tornaram o principal alvo das manifestações, por ser um lugar simbólico na luta contra a reforma da previdência. Em vários municípios as agências foram ocupadas como forma de pressionar o governo e alertar a população para o fato de que é o capital financeiro quem lucra com as mudanças na previdência, enquanto as trabalhadoras(es) pagam a conta da crise (Figuras 3, 4 e 5).

**Figura 3 -** Marcha #8M Nenhum direito a menos, em Brasília/DF.



**Foto:** Mídia Ninja (2017).

<sup>17</sup> A Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo surgiram no ano de 2015, reunindo diversas organizações políticas, como sindicatos, partidos, movimentos sociais, entre outros. Elas têm por objetivo aglutinar a esquerda brasileira em torno da defesa da democracia e da soberania nacional. Para saber mais sobre as frentes, acessar: < <http://www.frentebrasilpopular.org.br/>> e < <http://www.povosemmedo.org/>>.

**Figura 4** - Mulheres ocupam a agência do INSS em Recife/PE em defesa da aposentadoria.



**Foto:** Wandecleya. **Fonte:** Brasil de Fato (2017).

**Figura 5** - Faixa “Aposentadoria fica, Temer sai” estendida no prédio do INSS em São Paulo (SP).



**Fonte:** Intersindical (2017).

No município de São Paulo 200 mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial de Mulheres (MMM), entre outros movimentos sociais e partidos políticos, ocuparam o prédio do INSS localizado no centro da cidade<sup>18</sup>. Em Alagoas, na capital Maceió, 1500 mulheres ocuparam tanto a agência do INSS quanto a do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), também houve ocupação nos municípios de Arapiraca, Delmiro Gouveia e Alto Sertão. Em Pernambuco cerca de 1100 mulheres ocuparam as agências nos municípios de Vitória de Santo Antão e Goiaba. No Ceará, 800 mulheres ocuparam o prédio do INSS em Crateús. No estado do Pará também houve ocupações reunindo mulheres do campo e da cidade. Na Bahia, nos municípios de Juazeiro e Barreiras, a ocupação contou com a participação de cerca de, respectivamente, 1200 e 500 mulheres. Em Belo Horizonte (MG), cerca de mil mulheres ocuparam o prédio da Previdência Social localizado no centro. Já em Goiás, após a ocupação do prédio da Previdência Social de Formosa de Goiás, houve repressão policial e 80 mulheres foram encarceradas em um ônibus pela Polícia Militar – que exigia a entrega de dois militantes para serem presos.

Durante a ocupação em Belo Horizonte, Fernanda Maria, militante do Levante Popular da Juventude, relata que:

Esta ocupação, simboliza nosso abraço, o nosso zelo pela Previdência, cumpre um papel importante na conscientização das trabalhadoras. É uma forma de dialogar com as mulheres e mostrar a todas o quanto estamos perdendo com essas mudanças<sup>19</sup>”.

Neste sentido, entendemos que as ações de enfrentamento, simbolizadas nas intervenções aos prédios do INSS, permitiram que as mulheres “saltassem” escalas. Isso porque, ao ocuparem as agências da Previdência Social – que é uma instituição pública nacional – em municípios de diferentes posições na hierarquia urbana, isto é, de cidades pequenas a capitais, confrontaram o Estado – dissolvendo fronteiras espaciais – defendendo o direito à aposentadoria e a vida das mulheres trabalhadoras. Concomitantemente, a ação coordenada em escala nacional ampliou seu impacto, já que se a ocupação fosse de forma isolada não teria a mesma repercussão.

---

<sup>18</sup> A filmagem da ocupação realizada pelas mulheres no prédio da superintendência do INSS em SP, está disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=496303100493572>>.

<sup>19</sup> A filmagem da ocupação na agência da Previdência Social em Belo Horizonte está disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/08/mulheres-ocupam-agencia-da-previdencia-social-em-belo-horizonte/>>.

Enquanto as mulheres protestavam por todo o país, o então presidente Temer, em seu discurso de “celebração” do Dia Internacional da Mulher no Palácio do Planalto, naturalizou os papéis sociais e os lugares atribuídos ao feminino, como é o caso da maternidade, organização doméstica e da educação das crianças, ao passo que isenta os homens destas tarefas:

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [esposa de Michel Temer], o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. [...] Se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher. (PORTAL PLANALTO, 08 de mar. de 2017, acréscimo nosso)<sup>20</sup>.

Assim, Temer reforça e limita o lugar das mulheres na sociedade, além de ignorar a realidade sobre trabalho feminino no Brasil, esconde como as mudanças propostas na Contrarreforma da Previdência desconsideram a divisão sexual e racial do trabalho. Nesta linha, para o ex-presidente:

[...] Hoje, graças a Deus, as mulheres, sem embargo das dificuldades, têm uma possibilidade de empregabilidade que não tinham no passado. [...] Significa também que a mulher, além de cuidar dos afazeres domésticos, vai vendo um campo cada vez mais largo para o emprego. Porque hoje homens e mulheres são igualmente empregados. (PORTAL PLANALTO, 08 de mar. de 2017).

A narrativa exalta uma falsa igualdade de gênero no que se refere ao trabalho realizado por homens e mulheres no país. Segundo os dados do IBGE, no ano de 2016 o índice de desemprego para os homens foi de 10,7%, enquanto para as mulheres este percentual foi de 13,8%. Em 2017 os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostraram que houve um fechamento de 42,5 mil empregos ocupados por mulheres, enquanto abriram 21,6 mil novos postos de trabalho para os homens<sup>21</sup>. Isso quer dizer que, o suposto avanço na empregabilidade feminina e na igualdade no mercado de trabalho dita por Temer é, na verdade, uma falácia. É possível explorar ainda a desigualdade de salários, o trabalho precário, a má remuneração entre outros aspectos que compõem a desigualdade de gênero

---

<sup>20</sup> Parte do discurso do ex-presidente Temer no #8M de 2017 está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YI74hW9d43E>>.

<sup>21</sup> Mulheres perdem 42,5 mil vagas e homens ganham 21,6 mil em 2017. Disponível em: <<https://exame.com/economia/mulheres-perdem-425-mil-vagas-e-homens-ganham-216-mil-em-2017/>> Acesso em julho de 2021.

(FARIA; NOBRE, 1999; SILVEIRA; FREITAS, 2007), mas que, como este não é o ponto central do nosso texto, deixaremos para outra oportunidade.

Esses elementos demonstram que o discurso de Michel Temer, além de contraditório, expressa o machismo que é sustentado pela sociedade capitalista, patriarcal e racista. Ao tratarmos da escala nação, representada na figura do então presidente, percebemos como o poder estatal está sob hegemonia da classe dominante que, de modo geral, é bilionária, masculina, branca e heteronormativa (SMITH, 2000). Neste sentido:

Na medida em que esses interesses são sistematicamente incorporados ao tecido legal e ideológico do Estado, a exploração e a opressão baseadas em classe, raça, gênero e outras diferenças sociais são institucionalizadas nas suas estruturas nacionais de direitos civis e leis de propriedade. O Estado polícia também as fronteiras das escalas espaciais mais baixas; em especial o corpo, a casa e a comunidade, e os desafios ao poder estatal emanam dessas e de outras fontes de opressão [...] (SMITH, 2000, p. 154).

Com isso, as medidas adotadas pelo governo Temer institucionalizaram, de um lado, a opressão-exploração das mulheres e, de outro, desenhou as fronteiras de sua atuação – principalmente nas escalas do corpo, da casa e da comunidade. Isto porque a escala da nação, pela via do Estado, exerce um poder importante de controle dentro da hierarquia escalar. Ademais, queremos dar relevância à escala do corpo, pois este é o local físico primário da identidade pessoal, afinal, gênero corresponde a uma relação biológica e socialmente construída no decorrer do tempo e do espaço. Nesta perspectiva, o acesso físico *ao* e *pelo* corpo e o controle *sobre* o corpo são, nas palavras de Smith (2000) “avenidas centrais da disputa nessa escala (p. 145)”. Isso é:

As políticas do aborto, do estupro, da prostituição, da reprodução e dos cuidados com o corpo (a provisão e a preparação de comida, roupa, abrigo, calor, beleza) concentram-se no acesso ao corpo das mulheres, no trabalho que as mulheres fazem com seus corpos e a fronteira entre o controle individual e estatal sobre o corpo. (SMITH, 2000, p. 145).

Por isso, acreditamos que o feminismo deve pautar a autonomia dos corpos das mulheres para, com isso, emancipar essa escala da vida. A possibilidade de tomada de consciência de mulheres e homens por meio do movimento feminista anticapitalista, anti-imperialista, antineoliberal, antipatriarcal e antirracista, associada ao processo de construção das jornadas de lutas unitárias no #8M, podem abrir caminhos para alçar saltos escalares, bem como, avançar no desenvolvimento de uma política de escalas feminista e popular.

Finalmente, este panorama das diferentes formas de mobilização do feminismo popular para o 8 de março demonstra que, de modo geral, as ações realizadas estão marcadas de simbologias, ao fazer uso de elementos culturais, políticos e ideológicos, que remetem aos diferentes temas que perpassam a vida das mulheres: trabalho, crise econômica, políticas neoliberais, violência, feminicídio, direitos reprodutivos, conservadorismo, entre outros. Por isso, entendemos que estas lutas devam ser realizadas em lugares estratégicos, que possibilitem evidenciar as pautas de reivindicação, para saltar escalas – dialogando com o conjunto do movimento feminista e fazendo o enfrentamento ao capitalismo-patriarcal-racista, local, nacional e internacionalmente. Isto é fundamental, pois como aponta Smith (2000), “a escala demarca o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa (p. 144)”.

### **Considerações Finais**

O projeto conservador e neoliberal de caráter patriarcal e racista, iniciado em 2016, pelo governo ilegítimo de Michel Temer enfrentou a resistência das organizações populares, dentre elas, o movimento feminista popular. O #8M historicamente “abre” o calendário anual de datas simbólicas e é um “termômetro” importante da luta de classes. Assim, podemos dizer que as ações realizadas pelas mulheres nesta data inspiraram outras manifestações ocorridas ao longo do ano de 2017, em que a defesa da aposentadoria e do trabalho eram as pautas principais – destacam-se a greve do dia 15 de março, a greve geral de 28 de abril e os protestos e paralisações no dia 30 de junho.

Estas grandes mobilizações conseguiram desgastar não só o governo Temer, como algumas das agendas contidas na proposta inicial da Reforma da Previdência, a exemplo da igualação da idade mínima para mulheres e homens, tanto nos espaços rurais quanto urbanos. A força das manifestações populares foi fundamental para frear a tramitação da contrarreforma do sistema previdenciário no Congresso Nacional, no entanto, não conseguiu conter a aprovação de outra contrarreforma importante e igualmente prejudicial, como foi o caso da Reforma Trabalhista<sup>22</sup>.

Com a vitória de Jair Bolsonaro na eleição de 2018, as políticas de orientação neoliberal seguiram a pleno vapor, firmando um novo pacto das diferentes frações das classes dominantes, com um evidente caráter neofascista (BOITO JR., 2020). Com isso, ainda no primeiro ano do

---

<sup>22</sup> Lei nº 13.467 aprovada em julho de 2017.

governo de Bolsonaro, a Contrarreforma da Previdência foi aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019<sup>23</sup>. Num cenário de derrota estratégica da esquerda, soma-se o avanço das reformas neoliberais de cunho conservador e neofascista, que impõe a perda de direitos fundamentais, como o caso da seguridade social e dos direitos trabalhistas e colocam muitos conflitos de classe, gênero e raça, além de desafiar a organização da classe trabalhadora em torno de um projeto de país.

Smith (2000) pontua que o capital está organizado nos mercados mundiais por meio de empresas multinacionais que detêm um poder econômico significativo sobre os estados-nações. Por outro lado:

A classe trabalhadora poderia também levar a melhor sobre as classes dominantes nacionais organizando-se internacionalmente, mas, apesar da velha ambição do lema “trabalhadores do mundo, uni-vos”, a classe operária internacional não está em nenhum lugar tão organizada quanto seus adversários (SMITH, 2000, p.154).

Concordamos com a análise do autor, de fato, hoje não existe uma organização internacional da classe trabalhadora da mesma maneira que existe do capital. Contudo, é importante reformularmos o velho, porém atual, lema do Manifesto Comunista e afirmarmos “trabalhadores e *trabalhadoras* do mundo, uni-vos”. Isto porque o #8M é uma data significativa para as mulheres de todas as classes sociais, mas, como demonstramos no texto, ela se torna uma luta *estratégica* para as mulheres e para toda a classe trabalhadora. Como a própria origem do Dia Internacional das Mulheres evidencia, bem como, a articulação para a Greve Internacional de Mulheres, a centralidade desta data deve estar voltada para ações que explicitam a opressão e exploração do nó gênero, raça e classe e para a construção de um projeto de sociedade emancipatório e socialista.

No #8M de 2017, destaca-se a articulação de pautas de caráter econômico com as de combate à violência de gênero, evidenciando as formas estruturais de organização e subordinação do trabalho feminino. Assim, os tipos de lutas feministas ganharam novos contornos ao ressignificar formas clássicas, como a greve, enquanto instrumento protagonizado por mulheres, bem como, na ocupação de territórios estratégicos, como foi caso das agências do INSS no Brasil. Ambas ações estão permeadas pela radicalidade, no sentido de ir a raiz do problema e das origens da exploração-dominação de gênero, raça e classe.

---

<sup>23</sup> Para ter acesso a todas as alterações da reforma, consultar: <<https://ingraccio.adv.br/reforma-da-previdencia/>>.

Cabe salientar a conexão nas redes e nas ruas, sendo que esta última inaugurou um espaço importante na disputa ideológica contemporânea frente às ofensivas neoliberais e conservadoras. A *tag* #8M sintetizou uma série de reivindicações do movimento feminista, com destaque para a força do feminismo popular latino-americano.

Nesta direção, o #8M mostrou o potencial de uma luta feminista coordenada internacionalmente, superando parte das divergências que existem dentro do movimento. Isto evidencia a necessidade de uma organização internacional de mulheres – seria uma nova Internacional Feminista? – para acumular no confronto contra o capitalismo-patriarcal-racista e na elaboração de um novo projeto societário baseado na igualdade de gênero, raça e classe. Vale ressaltar experiências inspiradoras, como as organizadas pelas mulheres da Via Campesina<sup>24</sup> e Marcha Mundial de Mulheres<sup>25</sup>. Ademais, uma organização internacional poderia colaborar no monitoramento e sistematização das variadas formas de mobilização que ocorrem nesta data, mas também ao longo dos anos, como uma maneira de reunir informações que contribuirão para o acúmulo de força social do movimento feminista.

Por fim, evidenciamos que o conceito de escala geográfica é um instrumento importante para interpretarmos as formas de organização e de lutas travadas no tempo e espaço em diversas organizações sociais, em especial, o movimento feminista. Assim, a construção de uma política de escalas entre os movimentos feministas locais com movimentos populares de atuação nacional entorno de uma luta unitária, como foi o caso da defesa da aposentadoria e do futuro das mulheres trabalhadoras, tem potencial para articular pautas econômicas às lutas políticas e, com isso, saltar escalas.

---

<sup>24</sup> Em 2017, foi realizado a 5ª Assembleia Internacional de Mulheres da Via Campesina que reuniu cerca de 150 mulheres de todos os continentes, representando 164 organizações de 79 países. Para saber mais consultar Mulheres da Via Campesina: ‘com feminismo e soberania alimentar mudamos o mundo’, disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/18/mulheres-da-via-campesina-com-feminismo-e-soberania-alimentar-mudamos-o-mundo>>

<sup>25</sup> Em 1995, cerca de 900 mulheres realizaram uma marcha de 200 quilômetros, no Quebec (Canadá), exigindo “Pão e Rosas”, colocando-se contra as políticas de austeridade neoliberais. Ao final da ação conquistaram aumento do salário e mais direitos para as mulheres imigrantes. A partir daí, as mulheres do Quebec entraram em contato com organizações de outros países, a fim de realizar uma campanha global. Em 1998, foi realizado o I Encontro Internacional da MMM, com a participação de 145 mulheres de 65 países. Como resultado, foi elaborado um documento com 17 pontos de reivindicações e convocada a Marcha Mundial das Mulheres como grande campanha para o ano de 2000. A partir desta campanha que deu origem a construção da MMM como um movimento internacional – inclusive com atuação no Brasil. Hoje a MMM está organizada em 20 estados do país. Para saber mais sobre a MMM, acessar: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>>.

## Referências Bibliográficas

8MBRASIL. **Greve Internacional de Mulheres – onde acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1846507865622383/permalink/1846513778955125/>> Acesso em janeiro de 2018.

8MBRASIL. **Manifesto das organizadoras da Greve Internacional de Mulheres**. Disponível em: <<https://www.8mbrasil.com/copia-convocacao>> Acesso em janeiro de 2018.

BOITO JR., Armando. **A burguesia brasileira no golpe do impeachment**. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment/>> Acesso em fevereiro de 2018.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, n. 50, p. 111-119, 2020.

BORGES, Priscila. **Contra a reforma da previdência! O 8 de março é dia de luta!** 2017. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2017/03/08/contra-a-reforma-da-previdencia-o-8-de-marco-e-dia-de-luta/>> Acesso em janeiro de 2018.

BORTOLON, Bianca; PERDIGÃO, Luísa. **Nas redes e nas ruas, #8M reforça agenda comum do feminismo na América Latina**, 2017. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/nas-redes-e-nas-ruas-8m-reforca-agenda-comum-do-feminismo-na-america-latina/>> Acesso em julho de 2017.

BRASIL DE FATO. **Contra a reforma da Previdência, mulheres protestam em sedes do INSS em 35 cidades**. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/08/contra-a-reforma-da-previdencia-mulheres-protestam-em-sedes-do-inss-em-35-cidades/>> Acesso em julho de 2021.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**. São Paulo, n° 33, p. 198-220, 2013.

CURY, Ana. **Desemprego é maior entre as mulheres e chega a 13,8% no fim de 2016**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-e-maior-entre-as-mulheres-e-chega-a-138-no-fim-de-2016.ghtml>> Acesso em fevereiro de 2018.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. **As mulheres na mira da reforma da Previdência**. Nota Técnica, n. 171, mar. 2017.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **O trabalho das mulheres**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 1999.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1ª ed. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GONÇALVES, André et. al., Reforma da Previdência e os impactos na vida das mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, XVI, 2018, Vitória. **Anais** [...] Vitória, n. 1, 2021.

GONZALÉZ, Ana Miguel. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2010.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, nº 17/18, p. 139-156, 2001.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. In: Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018.

INTERSINDICAL. **Em São Paulo, mulheres ocupam a superintendência do INSS contra a reforma da previdência**. 2017. Disponível em: <<https://intersindicalcentral.com.br/em-sao-paulo-mulheres-ocupam-a-superintendencia-inss-contr-a-reforma-da-previdencia/#.Wn0iMK6nHIU>> Acesso em janeiro de 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015**. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)> ou <<https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>> Acesso em julho de 2021.

MARX, Ana Flávia; SORIANO, Rafael. **Em defesa da aposentadoria, mulheres ocupam prédios do INSS e ruas por todo Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/em-defesa-da-aposentadoria-mulheres-ocupam-predios-do-inss-e-ruas-por-todo-brasi-7166/>> Acesso em janeiro de 2018.

McGUIRE, Jen. **How many countries are participating in the women’s strike? It’s international**. 2017. Disponível em: <<https://www.romper.com/p/how-many-countries-are-participating-in-the-womens-strike-its-international-41691>> Acesso em janeiro de 2018.

MST. **Mulheres ocupam prédio do INSS em São Paulo**. 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/03/15/mulheres-ocupam-predio-do-inss-em-sao-paulo/>> Acesso em Janeiro de 2018.

NÓSotras. **Por que as mulheres estão contra a reforma da previdência no Brasil?** 2017. Disponível em: <<https://nosotrasfeministas.wordpress.com/2017/03/16/por-que-as-mulheres-estao-contr-a-reforma-da-previdencia-no-brasil/>> Acesso em julho de 2021.

O TEMPO. **Mulheres perderam postos de trabalho, mas vagas para homens aumentaram**. 2017. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/mulheres-perderam-postos-de-trabalho-mas-vagas-para-homens-aumentaram-1.1567223>> Acesso em Fevereiro de 2018.

OXFAM Brasil. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo->

[de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-criese-global-da-desigualdade/](#) > Acesso em julho de 2021.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher – Brasília/DF.** 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>> Acesso em janeiro de 2018.

PRESSE, France. **Veja protestos em vários países no Dia da Mulher. 2017.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-protestos-em-varios-paises-no-dia-da-mulher.ghtml>> Acesso em janeiro de 2018.

REDE BRASIL ATUAL. **Temer reduz em mais da metade verbas para políticas públicas às mulheres.** 2017. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/temer-reduz-em-mais-da-metade-verbas-para-politicas-publicas-as-mulheres/>> Acesso em fevereiro de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Jane Rosa da Silva. **“Ela desatinou, desatou nós”:** os lugares que se cruzam na trajetória das mulheres no ensino superior privado. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2020.

SILVEIRA, Maria Lucia; FREITAS, Taís Viudes de. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado.** São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. P. 132-175.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Escala geográfica: construção social da escala e políticas de escalas. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

THE INTERCEPT BRASIL. **Mulheres do mundo inteiro vão para no próximo dia 8.** 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/03/06/mulheres-do-mundo-inteiro-va-parar-no-proximo-dia-8/>> Acesso em julho de 2021.

THE NEW YORK TIMES. **International Women's Day: Calls action, protests and words of praise.** 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/08/world/international-womens-day.html>> Acesso em Janeiro de 2018.

TRICONTINENTAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **Mulheres de luta, mulheres em luta.** Coleção Estudos Feministas, n. 1, 2019. Disponível em <<https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-feminismos-1/>> Acesso em julho de 2021.

VEJA. **Dia Internacional da mulher é celebrado ao redor do mundo.** 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/dia-internacional-da-mulher-e-celebrado-ao-redor-do-mundo/>> Acesso em Janeiro de 2018.

VERMELHO PORTAL. **Aposentadoria fica, Temer sai: mulheres ocupam ruas do Brasil no 8M.** 2017. Disponível em: <<https://www.vermelho.org.br/2017/03/09/aposentadoria-fica-temer-sai-mulheres-ocupam-ruas-do-brasil-no-8m/>> Acesso em Janeiro de 2018.

### Sobre a autora

**Jane Rosa da Silva** - Sou mestra e licenciada em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp). Componho o Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGeT). Minhas pesquisas buscam compreender as relações de gênero, étnico-raciais e de classes na produção do espaço. Sou educadora popular e atuo junto aos movimentos sociais de juventude, atingidos por barragens e feminista. Também sou militante da Consultar Popular.

Artigo recebido em 24-01-2023

Artigo aceito para publicação em 19-09-2023